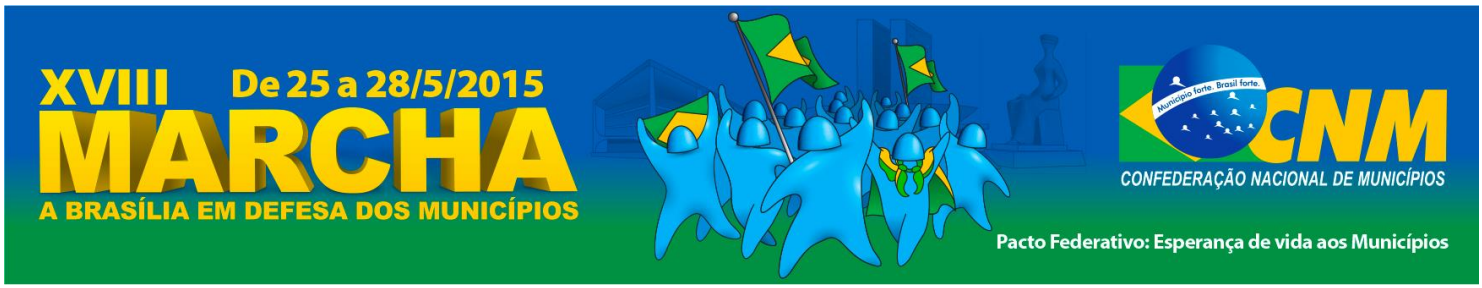

CARTA

XVIII MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Cerca de oito mil municipalistas liderados pela Confederação Nacional de Municípios reuniram-se em Brasília para a realização da *XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios*, apresentaram ao Poder Executivo Federal, ao Poder Judiciário, ao Congresso Nacional as suas reivindicações, que nesse momento estão agravados pela situação econômica do país e, em especial, pelo ajuste fiscal do Governo Federal que impacta diretamente nos serviços públicos básicos prestados aos brasileiros.

Nesta Marcha a CNM empossou sua nova diretoria que terá como missão dirigir os rumos do municipalismo brasileiro no triênio 2015-2018.

Foi promovido o debate com os partidos políticos brasileiros sobre a Reforma Política, tão necessária ao nosso país, onde foi exposto ao mesmo a posição dos prefeitos em relação às diversas propostas em discussão, posição esta colhida através de pesquisa realizada junto a todos os Municípios brasileiros e que embasou o posicionamento da CNM sobre temas como coincidência e duração de mandatos, financiamento de campanhas, reeleição e sistema eleitoral.

Realizou-se uma verdadeira sessão do Congresso Nacional na Marcha com a presença dos presidentes das duas casas legislativas, dos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o presidente e o relator da Comissão Especial do Pacto Federativo, além de centenas de parlamentares, onde os parlamentares reconheceram a necessidade de se estabelecer um novo patamar para as relações federativas de nosso país, mais justo e equilibrado, e apresentaram o relatório prévio da comissão especial que contemplou 9 reivindicações da CNM:

- extinção da incidência do PASEP nas transferências para Estados e Municípios;

- aumento da parcela do IPI Exportação de 10% para 12%;

- aumento do FPE de 21,5% para 22,5%;

- altera o peso do VAF (Valor adicionado fiscal) de 75% para 50% na composição do índice de retorno do ICMS;

-destinação de recursos da União diferenciados para as Regiões Centro-Oeste e Nordeste;

- liberação de Depósitos Judiciais para utilização de Estados e Municípios;

- permissão para que Estados e Municípios possam cobrar as operadoras de planos de saúde;

- prorrogação do prazo do encerramento dos lixões; e

- retirada da restrição do CAUC para que o consórcio possam receber recursos, caso algum Município esteja com pendências.

Além disso os parlamentares assumiram compromisso com a pauta legislativa dos Municípios composta por 17 iniciativas anexas a essa carta, em especial com o novo ISS, o mecanismo de reajuste dos programas federais, o FPM anticíclico e a vedação de se criar despesas sem a clara fonte de recursos, bem como com apoio para que o STF julgue logo os royalties de petróleo.

Outro ponto alto da Marcha foi a mesa federativa com a presença dos governadores de estado, os presidentes das entidades municipalistas e do representante do governo federal, onde os estados demonstraram o alinhamento com as propostas municipalistas para a construção de um novo pacto federativo.

Os ministros da saúde, da integração nacional e do meio ambiente também apresentaram os programas de suas pastas de interesse dos Municípios e responderam aos questionamentos dos municipalistas presentes.

O legislativo local também se foi valorizado através do debate sobre o papel do mesmo com a participação das entidades nacionais de representação dos vereadores e também com os representantes das assembleias legislativas que homologaram a necessidade de união entre os legislativos e executivos locais para evoluirmos ainda mais com as conquistas do movimento municipalista, que representa também aos anseios dos governos estaduais.

Brasília, 28 de maio de 2015.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM